

ATA Nº 2527 - SESSÃO PLENÁRIA ESPECIAL DE POSSE:- Aos três dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às dez horas e trinta minutos, teve início, em sua sede, na Praça da República nº 53, a segunda milésima quingentésima vigésima sétima Sessão Plenária, de caráter Especial, destinada à posse dos novos Conselheiros e à eleição e posse do novo Presidente e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, de acordo com o Artigo 4º da Deliberação CEE nº 17/73. Inicialmente presidida pelo Consº João Cardoso Palma Filho, contou com a presença dos Conselheiros Antonio Carlos das Neves, Bernardete Angelina Gatti, Francisco Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Hubert Alquéres, Jair Ribeiro da Silva, Laura Margarida Laganá, Márcio Cardim, Maria Helena Guimarães de Castro, Mario Vedovello Filho, Nina Beatriz Stocco Ranieri, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Suzana Guimarães Tripoli, Sylvia Figueiredo Gouvêa, Teresa Roserley Neubauer da Silva e os Conselheiros suplentes Cleide Bauab Eid Bochixio, Neide Cruz e Severiano Garcia Neto. Ato contínuo, o Senhor Presidente anunciou e agradeceu a presença das seguintes autoridades: Professor João Gualberto Carvalho Menezes, Presidente do Conselho Municipal de Educação, ex-Presidente desta Casa; senhor Fernando Padula Novaes, Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação de São Paulo, Professor Frederico Litto, Presidente da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; Professor Bahij Amin Aur e Ana Maria Mantovani, ex-Conselheiros do CEE; Doutora Cláudia Cristina Menezes Miranda, Assessora Jurídica da Associação Paulista de Fundações; José Afonso Carrijo Andrade, Assessor de Relações Institucionais da Secretaria da Educação; Professora Raquel Volpato, Dirigente da Subsecretária de Articulação – SAREG, também ex-Conselheira; Professor Eduardo Storópoli, Reitor da Universidade Nove de Julho, Uninove; Professora Marina Feldman, também do Conselho Municipal de Educação e da PUC de São Paulo; Professora Nara Fortes da UNITAU, pró-Reitora de Graduação; Professor Francisco Jandinete, também da UNITAU, pró-Reitor de Pesquisa; Professor Roberto Torciano, Assistente de Direção da FUNEP, Penápolis; Vereador Douglas Carboni de Taubaté; e a Professora Anésia Sodré Coelho, Coordenadora de Pós Graduação da Faculdade Urubupungá. Em seguida, solicitou que a Consª. Bernardete Angelina Gatti fosse ao encontro da Professora Cleide Bauab Eid Bochixio, Secretária Adjunta, que estará neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Secretário Herman Voorwald, que justificou ausência em razão de ato em que ele acompanha o senhor Governador nesta data. Na sequência, solicitou às Conselheiras Rose Neubauer e Suzana Guimarães Trípoli, que conduzissem os Conselheiros nomeados, ao seus lugares, neste Plenário. Anunciou a chegada da Professora Cleide Bauab Eid Bochixio, Secretária Adjunta, e convidou-a para tomar assento à mesa. Em seguida, solicitou à secretária do Pleno, Sra. Aurea Maia Egéa, para que fizesse a leitura do Termo de Investidura dos novos Conselheiros. **TERMO DE INVESTIDURA** – “No dia três de setembro de 2014, compareceram à Sessão Plenária Ordinária de Caráter Especial de Posse, do Conselho Estadual de Educação, na qualidade de titulares para o mandato de três anos os senhores: Guiomar Namó de Mello, em recondução; Luís Carlos de Menezes; Marcos Antônio Monteiro, em recondução; Maria Cristina Barbosa Storópoli, em recondução; Maria Lúcia Franco Monteiro Jens, em recondução; Ghisleine Trigo Silveira; Antônio Jacinto Matias; Maria Elisa Ehrhardt Carbonari. Na qualidade de suplente para o mandato de dois anos: Ulisses Telles Guariba Netto; e, José Rui Camargo, para mandato de um ano em complementação ao mandato de Maria Elisa Ehrhardt Carbonari. Nomeados por Decreto publicado em vinte e sete de agosto de 2014. Para fins regimentais, assinam o presente Termo de Investidura o Presidente da Sessão e os Conselheiros, ora investidos em suas funções, e ao final eu Secretário do Conselho Pleno, que o lavrei. Ato contínuo, os Conselheiros assinaram o Termo de Investidura e o Senhor Presidente da Sessão, **João Cardoso Palma Filho**, os declarou empossados. Antes de

1 passar a palavra à Secretária Adjunto, Professora Cleide Bauab Eid Bochixio, a
2 Presidência parabenizou todos os Conselheiros empossados e desejou a todos um
3 excelente trabalho neste Conselho. Em seguida, passou a palavra ao **Cons. Hubert**
4 **Alquéres**, para saudar os novos integrantes do Conselho Estadual de Educação. “Bom
5 dia a todos. Gostaria de começar saudando a nossa querida amiga Professora Cleide
6 Bochixio, que neste evento de posse dos novos Conselheiros, representa o Senhor
7 Secretário de Estado da Educação de São Paulo, Professor Herman Voorwald. Também
8 gostaria de agradecer o Professor João Cardoso Palma Filho, que preside esta Sessão,
9 pela oportunidade que tenho de saudar os novos membros do Conselho Estadual de
10 Educação. Comprimento ainda, o excelentíssimo Governador Geraldo Alckmin pela
11 excelente escolha, para o mandato de três anos, de educadores, cujo bom senso,
12 sabedoria e preparo é de conhecimento de todos nós. É uma grande honra para este
13 Conselho receber em suas fileiras profissionais destacados, que irão colaborar com o
14 assessoramento de alto nível que se espera de nosso trabalho. Desta forma, quero saudar
15 a nomeação dos professores Luiz Carlos Menezes, Ghisleine Trigo Silveira, Antônio
16 Jacinto Matias e Maria Elisa Ehrhardt Carbonari. Da mesma forma, gostaria de comemorar
17 com todos vocês a recondução dos ilustres professores Guiomar Namó de Mello, Marcos
18 Antônio Monteiro, Maria Cristina Barbosa Storópoli e Maria Lúcia Franco Montoro Jens. E,
19 na qualidade de membros suplentes deste Conselho, estão sendo nomeados os
20 educadores Ulisses Telles Guariba Netto e José Rui Camargo. Também não posso deixar
21 de registrar, em nome de todos nós, um agradecimento especial aos Conselheiros que
22 nos deixam nesta troca de bastão e que deram muito de si, com competência,
23 compromisso e lealdade à causa da Educação de São Paulo. Foram companheiros de
24 primeira hora e com quem aprendemos muito os professores Mauro de Salles Aguiar, do
25 Colégio Bandeirantes, João Grandino Rodas, da Universidade de São Paulo, Roque
26 Théophilo Júnior, da Universidade Mackenzie e Walter Vicioni Gonçalves, do Sesi e
27 SENAI. Falar da história do Conselho Estadual de Educação é falar da própria história da
28 educação paulista e das profundas mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira.
29 Desde 1963, quando foi criado com o atual formato, o nosso Conselho tem participado do
30 desenvolvimento de políticas educacionais cumprindo sua missão constitucional como
31 órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema de ensino paulista. Isso foi possível
32 graças a dois traços centrais de sua existência: o pluralismo de sua composição e seu
33 caráter democrático. Essa composição plural permitiu ao longo dos anos que diferentes
34 olhares sobre uma mesma realidade, marcados por diversas experiências e trajetórias
35 profissionais, fizessem deste Colegiado um órgão de Estado. Um órgão que abre suas
36 portas para contribuição de profissionais comprometidos com a melhoria do ensino e
37 também para que esses profissionais se desenvolvam enquanto cidadãos, educadores e
38 seres humanos. Nosso Colegiado nunca se furtou ao salutar confronto de ideias, fonte de
39 seu próprio crescimento. Mas sempre o fez em clima democrático, com grandeza e
40 generosidade. A predisposição ao diálogo, a capacidade de conviver com o contraditório e
41 a busca de soluções de consenso, onde todos se sintam confortáveis, fazem parte do que
42 há de melhor na tradição do Conselho. Nos nossos embates jamais houve vencidos ou
43 vencedores, ou melhor, sempre houve um vencedor: a Educação de São Paulo. No ano
44 passado, por iniciativa da nossa Presidente, professora Guiomar Namó de Mello,
45 comemoramos os 50 anos do Conselho Estadual de Educação com uma Sessão solene
46 na Assembleia Legislativa do Estado e um Seminário onde foram debatidos diversos
47 temas da Agenda da Educação Brasileira. Mas a história do Conselho é mais antiga. Ela
48 começa há 81 anos, quando o Decreto 5.884 de 21 de abril de 1933 reorganizou o
49 Sistema de Ensino do Estado e criou o Conselho de Educação como órgão auxiliar do

Departamento de Educação. Ele tinha função apenas consultiva e foi produto da inquietação da sociedade brasileira ocorrida logo após do fim da República Velha. Na época o Brasil dava seus primeiros passos para deixar de ser uma sociedade agrária e oligárquica e buscava estender direitos sociais e políticos, antes restritos apenas a uma elite. A busca do novo, a luta por profundas modificações também se manifestaram no campo educacional no início da década de 30. Prova disso é que o redator do Decreto 5.884, Fernando de Azevedo, foi também uns dos articuladores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ao lado de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Sampaio Dória e outros, o que eles sonhavam era a ruptura com a concepção elitista da escola tradicional e propunham em seu lugar uma educação pública gratuita, mista, laica e obrigatória. No início dos anos 60, o Brasil viveu novos momentos de efervescência política e cultural. Surgiu a LDB de 1961, que reorganizou a educação no Brasil e obrigou que os Estados tivessem seus Conselhos Estaduais de Educação. Em 1963, surge então o Conselho, aqui de São Paulo, com o formato que temos até hoje. Em 1985, de forma pacífica, o Brasil virou a página com a superação do regime militar e deu início ao maior período de regime democrático de toda sua história. A nova realidade criou um ambiente favorável à democratização da própria estrutura educacional. Com a moeda forte e o fim da inflação estratosférica, o Brasil estava pronto para investir no crescimento. Promover definições e prioridades no setor educacional era vital e estratégico para virada rumo ao desenvolvimento econômico do país. Foi quando foram promulgadas, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a nova LDB de 1996, e a Emenda Constitucional 14, que determinou a criação do FUNDEF. No MEC também surgiram inúmeras ações e foram adotadas as medidas que transformaram profundamente a educação brasileira, como a adoção de uma forte cultura de avaliação do ensino, o avanço da utilização das novas tecnologias em sala de aula, a reformulação do ensino médio e dos cursos técnicos, a edição dos parâmetros curriculares nacionais e a descentralização de recursos diretamente para as escolas para dar alguns exemplos da gestão do então Ministro Paulo Renato Souza. Aqui em São Paulo, o Conselho Estadual de Educação, nos anos 90 e 2000, cumpriu seu papel em apoiar e dar sequência a várias dessas medidas no Sistema de Ensino Paulista, como a implementação da LDB e todas as orientações sobre competências das esferas governamentais, investimentos, obrigações e prioridades. Ao mesmo tempo exerceu sua função deliberativa e consultiva, apoiou a política educacional dos Governadores Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin e de seus Secretários de Educação, como a Professora Rose Neubauer e a Professora Maria Helena Guimarães de Castro, nossas conselheiras atualmente. O Colegiado também não se omitiu em questões polêmicas. E aqui gostaria, Professor Palma, se o senhor me permite, de dar alguns exemplos que mostram a importância do nosso trabalho como conselheiros e o alcance das medidas que adotamos. Lá nos anos 90, foi o Conselho Estadual de Educação que orientou e normatizou o regime de progressão dos alunos da rede estadual mantida pela Secretaria de Estado da Educação. Também foi o Conselho Estadual de Educação que definiu a obrigatoriedade de aceitar matrícula de alunos estrangeiros num período que a Polícia Federal, ignorando o Estatuto da Criança e do Adolescente, exigia que diretores de escola denunciassem a matrícula dessas crianças e jovens sem documentos regulares, e o que acabava acontecendo é que a Polícia Federal ia até a casa desses alunos, que, insisto, haviam sido delatados pelas suas próprias escolas, e obrigava que esses imigrantes fossem expulsos do país. Então o Conselho Estadual terminou com essa grande injustiça que fazia com que muitos imigrantes simplesmente não matriculassem suas crianças nas escolas com medo de serem deportados. No início deste ano de 2014, consultado pelo nosso ilustre Secretário da Educação, Professor Herman Woorvald, sobre

o uso do nome social no Sistema de Ensino no Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação tomou uma resolução que contribuiu para o combate às discriminações por motivo de orientação sexual ou de identidade e de gênero. Explicitamente, o Conselho aprovou a inserção do nome social junto ao nome civil das pessoas, cuja identidade de gênero seja diferente do seu sexo biológico. Isso passou a ocorrer nos registros escolares de todas as instituições públicas ou privadas vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado. Outro assunto que provocou debates acalorados no plenário deste Conselho, no primeiro semestre deste ano, foi o repasse de mais de um bilhão de reais de recursos da Secretaria do Estado de Educação, que seriam aplicados na sua rede de ensino, para municípios, para a construção de creches. O Colegiado manifestou-se favoravelmente à celebração de centenas de convênios entre o Estado de São Paulo e esses municípios. Com relação à educação infantil, sabemos que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento das crianças. É, por exemplo, do zero aos três anos de idade que 70% das conexões cerebrais acontecem e onde se desenvolvem grandes habilidades motoras. O Conselho Estadual de Educação com espírito público, grandeza e enorme lealdade ao seu compromisso de assessoramento de alto nível à Secretaria ponderou que esse tipo de convênio deveria ser uma ação momentânea de caráter excepcional, visando atender à enorme demanda repressada por ensino infantil, especialmente as crianças de zero a três anos de idade. Mas o Colegiado entendeu que, uma vez atendida a demanda, a manutenção desse nível de ensino, deva ser feita exclusivamente pelo poder municipal. A história dos 50 anos do Conselho Estadual de Educação é o patrimônio de valor inestimável para São Paulo e para o Brasil. É uma obra sem donos, sem autor individual. É uma grande obra coletiva construída por gerações e gerações de conselheiros e educadores. Reverenciamos esse passado construído com tanta dedicação e sacrifício. Mas é hora de olhar para o presente e o futuro. Temos muitos desafios pela frente. O primeiro deles é a urgência de se levar educação básica ao novo patamar, em termos de qualidade. Esta foi a chave do sucesso de países em desenvolvimento, que hoje têm o ensino básico público com resultados positivos nas avaliações internacionais e similares aos países do primeiro mundo. Podemos alcançar essa meta. E, como nas gerações passadas, haveremos de cumprir o papel que a história nos reserva. Mas devemos cumpri-lo, também, como cidadãos identificados com sentimentos que batem fundo na alma dos brasileiros. Mais que nunca, há na sociedade um clamor por serviços públicos de qualidade, pela inclusão social, por um novo padrão ético na gestão da coisa pública. E de repulsa às práticas corrosivas, que infelizmente vemos disseminadas em muitos cantos do país, como o fisiologismo, o patrimonialismo ou o mal uso de verbas públicas. Os sentimentos da mudança afloraram na jornada de junho do ano passado e hoje estão mais intensos. Sou otimista, confio na sensibilidade e seriedade deste Conselho. A direção dos ventos é conhecida! Estaremos, como sempre estivemos, à altura da atual quadra histórica. E por isso, nesta manhã, em nome de todos nós, dou as boas vindas aos novos Conselheiros. Esses são os desafios. Vamos juntos nessa jornada. Muito obrigado!”. **O Senhor Presidente** agradeceu ao Professor Hubert Alquéres, pela brilhante exposição, que mostra o papel que este Conselho teve e ainda tem nos rumos da Educação de São Paulo. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro **Luís Carlos de Menezes**, que falou em nome dos novos Conselheiros – “É com enorme sentido de responsabilidade que represento os novos Conselheiros nesta fala, pessoas com quem durante décadas tenho convivido no enfrentamento da questão da educação de base no Brasil, e olhar cada um dos conselheiros nesta sala é lembrar o quanto eu tenho aprendido com eles. Isso aumenta essa responsabilidade, pois é junto com eles que passarei a integrar este Conselho, cujo peso na construção da educação brasileira não

1 pode ser subestimado. Também pelo porte de nosso sistema, que só no sistema público
2 tem mais de cinco milhões de estudantes em cinco mil e tantas escolas, nossa atuação
3 pode ter sentido exemplar para toda a educação de base no Brasil, hoje diante de
4 profundo desafio de qualidade. Nas últimas décadas foi possível trazer o povo brasileiro
5 para dentro da escola, o que é uma conquista muito importante, mas ao mesmo tempo
6 nós todos temos consciência de que nós ainda não fomos capazes de promover em todas
7 as escolas um processo que efetivamente emancipe nossos jovens, pois a escola capaz
8 de emancipá-los é aquela em que eles vão para atuar, para participar como protagonistas,
9 não para ouvir e copiar passivamente. Por isso, nosso desafio é superar a “pedagogia do
10 discurso”, para fazer com que currículo seja de fato percurso de quem aprende e não lista
11 do discurso de quem ensina, e essa transformação não é fácil porque carregamos uma
12 lamentável herança de confundir educação com “passar informação”. Claro que no
13 conjunto das nossas escolas, públicas ou particulares há sim escolas de alta qualidade,
14 que seriam modelares em qualquer lugar do mundo, mas muitas vezes conduzidas a partir
15 de um enorme esforço, quando é preciso gerir uma escola sem ter autonomia para
16 contratar professores, sem ter sequer autonomia orçamentária para empregar recursos
17 materiais e humanos. E não é nada simples generalizar a boa condução escolar, porque
18 isso depende de se enfrentar obstáculos de natureza às vezes até estatutária, não só
19 material. Por isso, órgãos como este Conselho, que nós agora integraremos, além de
20 firmeza e seriedade, precisam de ousadia e coragem. Quem se dedica à educação, como
21 nós, neste conselho, sabe que o trabalho da professora e do professor não é meramente
22 um trabalho de sacrifício, pois é também um privilégio, ao juntar duas coisas que
23 geralmente estão separadas, o viver de algo e o viver para algo, pois o educador é quem
24 vive daquilo para que vive, ao se realizar na realização de seus alunos. Mas essa
25 atividade que constrói a nação, porque estabelece o vínculo entre as gerações e a
26 esperançosa preparação para o futuro, precisa ser reconhecida e valorizada e isso é
27 talvez um dos nossos maiores desafios. Valorizar os professores implica dar-lhes uma
28 carreira real, porque sua carreira, neste país, tem sido simplesmente ficar velho; nós não
29 fomos capazes, até hoje, de produzir uma carreira em que se avance por mérito, pela
30 qualidade, e não simplesmente pela idade. Estes são alguns dos desafios que nós temos
31 que enfrentar, mas há um desafio que tenho estado muito próximo e não fui capaz de
32 equacionar para fazer uma verdadeira transformação, que é a formação de professores.
33 Assim como sabemos que só se forma um médico clinicando em um hospital, não só
34 sentado ouvindo aula, o professor tem de ser formado na escola e, para isso, a escola
35 precisa ter qualidade formadora. Se nós formos capazes de produzir uma carreira em que
36 o professor, continuando a ser professor, possa progredir e se tornar tutor e formador dos
37 futuros professores, e quando nós tivermos condição de avançar nesse sentido, teremos
38 colocado a escola brasileira no rumo certo. Mas para isso é preciso preencher o abismo
39 que existe entre o ensino superior e a educação de base, começando por as Câmaras,
40 deste Conselho, terem interlocução forte e permanente, no sentido de buscar que se
41 garantam as condições reais para se formar professores na escola, para que os futuros
42 educadores realmente ganhem intimidade com o trabalho que vão depois realizar. Por
43 certo, isso não se consegue somente por meio de resoluções e leis, nem se limita ao que
44 nosso Conselho possa por si só realizar, mas poderíamos buscar interlocução com outros
45 agentes de políticas públicas, para um projeto generoso e abrangente que avance na
46 direção necessária. De fato, devo admitir minha ignorância sobre que iniciativas nos
47 poriam a caminho, não tenho sequer o roteiro dessa batalha, ou seja, ousar apresentar um
48 problema, para o qual já admito estar despreparado. Só me consola saber que, como
49 vamos trabalhar juntos, a maior parte dos colegas aqui, que conheço há décadas,

1 certamente tem mais condições do que eu para enfrentar problemas de tal envergadura,
2 envolvendo modificações de natureza política, técnica, econômica, não somente
3 pedagógica. Essa convicção que expresso aqui neste momento, de confiança nos
4 companheiros de trabalho, foi o que me animou a aceitar a honrosa indicação para
5 integrar este Conselho. Eu sou tão pouco formal no que faço, que sinto dificuldade de me
6 expressar da forma que a presente circunstância exige, por isso ousarei trazer um pouco
7 de humor para esta fala tão séria e carregada de responsabilidades. Vou assim repetir o
8 que há pouco contei à Ghisleine Trigo Silveira, que comigo passará a integrar este
9 Conselho. Hoje cedo, quando eu me vestia para vir para cá, me questionando se eu
10 estaria à altura da nova tarefa, lembrei-me de um relato feito por Richard Feynman, um
11 grande físico do século 20, quando convidado pelo Vaticano para discutir a relação entre
12 Igreja e Ciência. Ao sair para o compromisso, saindo de seu quarto de hotel em Roma,
13 sua mulher lhe disse: “Richard, você não vai vestir paletó, gravata?” Surpreso, ele
14 respondeu: “Geralmente faço minhas palestras em mangas de camisa”. Ao que, ela
15 replicou: “Mas geralmente você fala de coisa que você entende...”. Pois bem, como estou
16 aqui diante de desafios que eu, confessadamente, não sei como conduzir, é absolutamente
17 justo que eu tenha vindo de paletó e gravata. Muitíssimo obrigado!”. O **Senhor Presidente**
18 agradeceu ao Cons. Luís Carlos de Menezes pelo pronunciamento e convidou a Cons^a.
19 Guiomar Namó de Mello para tomar assento à mesa para um pronunciamento que irá
20 fazer. **A Cons^a. Guiomar Namó de Mello** assim se manifestou: “Muito bom dia! Quero em
21 primeiro lugar saudar a representante do Secretário Herman, a quem desde já agradeço
22 todo apoio que tem dado a este Conselho, ao pessoal do Gabinete que está presente
23 aqui, e em especial meu amigo Fernando Padula. Gostaria de saudar a todos os
24 Conselheiros e dizer que é com grande esperança que a gente sempre recebe o sangue
25 novo neste Conselho. É muito importante a renovação dos quadros dos Conselhos e
26 também é importante manter uma parte dos Conselheiros, porque assim preservamos
27 essa memória que vai se passando, o que permite depois fazermos históricos que
28 mostram como foi a trajetória do Conselho Estadual de São Paulo. Agradeço a todos os
29 que vieram nos prestigiar. Estou saindo da Presidência e agradeço muito a confiança que
30 os Conselheiros depositaram em mim durante os dois anos que aqui estive como
31 presidente, por tolerarem as minhas gafes regimentais - sou uma pessoa muito pouco
32 afeita às questões formais de condução de reuniões, mas espero que entre mortos e
33 feridos o nosso saldo de trabalho tenha sido positivo. Esses dois anos na Presidência do
34 Conselho me fizeram refletir muito a respeito das instituições democráticas e de como
35 existem visões, às vezes muito diferentes e às vezes não tanto, sobre o que é o regime de
36 representação e participação na democracia. Acredito que essa é uma questão vital não
37 só para este Conselho, mas como para as demais instituições democráticas. A história do
38 Conselho Estadual da Educação tal como tão bem expôs o Cons. Hubert Alquéres, aliás,
39 ele é autor do histórico que depois foi apresentado numa mesa num seminário sobre os 50
40 anos do Conselho, deixam bastante claro o que é um órgão de regulação e o que é um
41 órgão de controle social, e mostra como ambos são importantes no sistema, no regime
42 democrático. Os Conselhos Estaduais de Educação, este, e os que foram depois criados a
43 partir da 4024 de 61, que foi a nossa primeira LDB, foram criados como organismos de
44 regulação, porque isto é importante não só na democracia, mas, sobretudo na área da
45 Educação, porque nós estamos lidando com instituições muito grandes, instituições que
46 envolvem muitos e distintos interesses, e por isso nós precisamos de norma. A educação
47 formal é uma coisa normatizada, regulada, até hoje nenhum país, nenhum sistema
48 descobriu outra maneira de conduzir a educação de massa de política pública sem ser por
49 meio de mecanismos de regulação, e esta regulação, no caso do Brasil e dos Conselhos,

1 é compartilhada entre o Executivo e os organismos normativos como o Conselho
2 Nacional, e os Conselhos Estaduais. Fica muito claro, por exemplo, na lei que reviu a
3 estrutura do antigo Conselho Federal e o Conselho Nacional como ele é um órgão
4 regulativo, por exemplo, no caso das diretrizes curriculares - ele é claramente um
5 organismo que delibera a respeito das diretrizes a partir de proposta do Executivo, e uma
6 vez feita essa deliberação devolve isso para a homologação do Executivo. Isto é um
7 mecanismo democrático de regulação, não é uma regulação que parte da cabeça de uma
8 criatura, que resolve fazer uma lei, é uma regulação que passa por uma série de
9 mecanismos, isto é importante. Os Conselhos de Controle Social, que agora estão
10 bastante comentados já que nós temos todo um conjunto de forças sociais que concordam
11 e que incentivam os Conselhos de Controle Social, eles são espaços como foi este
12 Conselho na sua origem, lá nos idos de 30 e tantos. São espaços de representação social
13 para fazer valer neste, junto ao Executivo e aos órgãos de regulação, os pontos de vista
14 muitas vezes diferentes e conflitantes que existem na sociedade, para fiscalizar se as
15 regulações tanto do Executivo, quanto do normativo estão sendo levadas, implementadas,
16 se estão sendo obedecidas. Por que eu faço essa introdução? Porque mais uma vez, por
17 felicidade nossa, estamos recebendo pessoas que trazem uma experiência preciosa de
18 vivência no campo educacional, e que a partir disso vão nos ajudar a continuar regulando
19 esse campo educacional, é uma tarefa técnica, é uma tarefa que exige competência na
20 área da educação, inclusive pedagógica, e é uma tarefa também, digamos de cruzamento
21 de pontos de vista, para não deixar que a regulação seja feita pela solidão, muitas vezes
22 que é típica do Executivo. Acho que essa diferenciação é muito importante, no momento
23 que nós estamos começando a confundir as coisas e confundindo organismo de regulação
24 com organismos de controle social. Essa foi uma lição, fruto da minha reflexão enquanto
25 Presidente deste Conselho, e que eu gostaria de deixar aqui com os senhores. Eu teria
26 oportunidade, em algum momento mais tarde, não hoje, mas outro dia, de fazer uma
27 apresentação, uma prestação de contas da minha gestão, que não cabe agora neste
28 momento, porque o tempo não nos favorece nesse sentido. Mas eu fiquei muito orgulhosa
29 de ter comemorado 50 anos do Conselho durante essa gestão, e hoje nós temos aqui para
30 entregar para os senhores o livro que resultou do Seminário, que é um livro excelente e
31 acho que ele vai dar uma grande contribuição para a área da Educação. Mas eu gostaria
32 finalmente de destacar, o que eu considero o maior desafio de curto prazo que este
33 Conselho tem pela frente: nós temos uma Deliberação sobre formação de professores
34 que, Cons. Menezes, é exatamente uma tentativa de fazer com que a gente forme os
35 professores como são formados os médicos, na escola. Há um grande caminho para fazer
36 isso - nossas escolas não são ainda ambientes formativos ideais, mas é muito importante
37 a gente lembrar que a partir do esforço de várias Conselheiras, deste Plenário, entre elas
38 a saudosa, saudosa porque não está mais aqui no Conselho, mas felizmente está entre
39 nós, a saudosa Eunice Durham, a Cons^a. Rose Neubauer, a Cons^a. Sylvia Gouvêa, e
40 outros deste plenário, trabalhamos muito nisso, temos um grande desafio pela frente de
41 fazer com que essa deliberação que muda totalmente a formação de professores nas
42 escolas sob a jurisdição deste Conselho, que são as três universidades públicas e as
43 muitas, mais de 20, quase 30 instituições municipais de ensino superior, nós temos
44 obrigação agora de dar a elas o apoio, a assistência e eventualmente o diálogo, que elas
45 vão necessitar para implementar essa deliberação. Ela tem sido muito discutida, tem sido
46 muito criticada e ela não é simples, ela é polêmica, como bem ressaltou quem me
47 antecedeu, mudar essa situação é muito difícil, sempre gostamos de mudança, desde que
48 não seja no nosso quintal, a mudança é sempre boa se não for ao quintal da gente,
49 quando ela chega ao nosso quintal, a gente resiste muitas vezes à mudança, então

1 gostaria de ressaltar isso como esse grande desafio. Outro desafio que este Conselho terá
2 pela frente é decidir como, em que termos e com que teor vai participar da elaboração do
3 Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação, que é uma tarefa que
4 a sociedade educacional do Brasil tem pela frente, e que nós não podemos estar alheios a
5 ela, o que nos traz como tema o problema de regime de colaboração do Estado com os
6 seus municípios, vai ser muito importante, nós temos todos nós envolvidos nessa tarefa do
7 Plano Estadual de Educação, já vínhamos durante a minha gestão reservando alguns
8 horários para discussão do plano estadual, mas foi bastante precário isso, como todos
9 vocês sabem nós tivemos um primeiro semestre muito acidentado, com a Copa do mundo
10 e outros eventos que ocorreram, mas nós temos que continuar esse trabalho. Espero que
11 o desafio da qualidade que está aí colocado pelo Cons. Hubert, pelo Cons. Menezes,
12 ecoando, eu poderia dizer quase a voz das ruas, porque o país está mobilizado, pedindo
13 melhor qualidade de serviços, entre eles, a educação, fazendo com que esse mantra
14 melhore a educação para todos, fazendo com que ele ganhe vida, deixe de ser um mantra
15 e passe a ser um guia de ação. Acho que esse desafio da qualidade está posto, nós
16 temos problemas no currículo, nós temos problemas na carreira do professor, e acho até
17 que devemos repensar se não cabe a este Conselho estabelecer diretrizes para a carreira
18 do professor, porque é isso que o Conselho Nacional vem fazendo e nós poderíamos
19 complementar isso. Encerrando a minha fala, gostaria de dizer que agradeço demais e
20 mais uma vez toda confiança em mim depositada e espero que essa gestão, a próxima
21 gestão do Conselho Estadual de Educação seja ainda melhor, ainda mais produtiva, ainda
22 mais bem conduzida do que a que eu fiz, e envolvendo sempre esse avanço que a gente
23 precisa ter em um organismo como este. Peço ao pessoal do Conselho que comece a
24 distribuir o livro do Seminário de 50 anos do Conselho Estadual de Educação e espero
25 que essa contribuição seja significativa para todos. Agradeço muito a todos os
26 Conselheiros que já estão aí como autores, mas em especial aqueles que conduziram
27 mesas e que produziram os elementos, os textos, os subsídios para nós elaborarmos esse
28 livro que deixo aqui como uma contribuição da minha gestão para a Educação no Estado
29 de São Paulo. Muito obrigada!”. **O Senhor Presidente** registrou a presença da Professora
30 Elisabete Costa, que é Dirigente da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, e
31 também, da Professora Silvia Galletta, que é a dirigente da Escola de Formação Paulo
32 Renato Sousa. Em seguida, encerrando a primeira parte da Sessão, o Senhor Presidente
33 João Cardoso Palma Filho, passou a palavra à Secretária Adjunta, Professora **Cleide**
34 **Bauab Eid** Bochixio, que assim se manifestou: “É uma satisfação cumprimentá-lo,
35 professor Palma, na Presidência deste evento solene, cumprimentando todos os
36 Conselheiros atuais, os novos, que venham acrescentar novas ideias, ao nosso centro de
37 grandes discussões, de grandes problemas da Educação do Estado de São Paulo.
38 Cumprimento também a todos que estão aqui participando deste evento e que vieram nos
39 prestigiar. Agradeço, em nome do Professor Herman, a grande contribuição do Conselho
40 Estadual durante todo esse período, com as normas, com as grandes discussões que
41 orientam as ações da Secretaria da Educação. Queria agradecer também a colaboração
42 dos que estão deixando o Conselho, e que aqui prestaram uma grande contribuição ao
43 longo do período. Temos grandes desafios - o Conselho de fato, tem uma bela história
44 retratada aqui pelo Professor Hubert Alquéres. O Conselho Estadual de Educação de São
45 Paulo tem o papel preponderante na condução de todas as políticas que orientaram a
46 Secretaria da Educação, seja em um ciclo básico, na década de 80; na progressão
47 continuada que deu outro norte, permitindo a inclusão e a permanência de inúmeras
48 crianças, que mal entravam e já eram expulsas da escola, pedagogicamente acabavam
49 sendo expulsas. Acho que para fazer jus a toda essa história do Conselho, que foi tão bem

1 relatada, nós temos grandes desafios pela frente, que nós não podemos nos furtar e que a
2 Secretaria da Educação vai depender muito da inspiração das grandes discussões nesta
3 Casa. Estamos em uma articulação com a UNDIME, para fazermos um Plano Estadual à
4 altura deste Estado, que possa chegar na Assembleia e ser aprovado, que oriente nessa
5 articulação o olhar com as diferenças regionais que nós temos neste Estado, seja na
6 educação indígena, seja no quilombola, e na educação no campo. Quando temos a
7 ocasião de nos aproximarmos disso, como estamos tendo nesse momento, com o grupo
8 que está fazendo esse estudo, e vemos o quanto podemos aprender com eles, junto com
9 o INTESP. Que possamos nessas discussões ter o olhar para toda essa diversidade, para
10 a educação inclusiva, mas também para a sala regular, para esse caminhar do aluno
11 dentro da escola. E aqui, com a sabedoria que se reúne nesta sala, tenho certeza que
12 vocês poderão dar uma contribuição enorme para a Secretaria, para fazermos um Plano
13 Estadual à altura do pioneirismo que eu acho que São Paulo tem que ter no Brasil. Que
14 possamos ter uma discussão das normas curriculares básicas que estão em discussão,
15 que aproxime a escola pública desse jovem que está aí, cujo resultados não nos agradam.
16 Mas o que fazer para estarmos mais próximos deles? Para termos um currículo que atraia
17 esse menino, que o transforme em um protagonista, como bem disse o Cons. Menezes.
18 São grandes os desafios e a Secretaria vai precisar muito de uma grande discussão de
19 pareceres, de indicações que sejam inspiradoras da política no estado de São Paulo, para
20 que continuemos o pioneirismo, porque eu acho que é nossa obrigação. Conto com a
21 contribuição de cada um de vocês enquanto Secretária Adjunta, para que também
22 possamos nos aprimorar nesse universo, que não é fácil, de uma diversidade enorme, que
23 a cada assunto é sempre uma polêmica, mas que é uma polêmica extremamente
24 importante, produtiva, porque é dessa diversidade de pensamento que nós podemos
25 chegar a um caminho, que seja um caminho melhor para esses jovens e essas crianças
26 que dependem do nosso trabalho. Agradeço muito e quero desejar felicidades aos que
27 estão aqui chegando. Se me permitem, particularmente um abraço a minha amiga
28 Ghisleine, a história de vida nossa sempre nos aproxima - 'Ghisleine é uma satisfação
29 enorme também estar aqui neste momento compartilhando da sua posse'; Professor
30 Menezes e outros tantos, que em outros momentos pudemos conviver. Boa sorte, que
31 Deus nos inspire a todos. Muito obrigada!”. Ato contínuo, o **Senhor Presidente** convidou a
32 Professora Sylvia Gouvêa para assumir a Presidência e conduzir a Sessão de Eleição e
33 Posse de Presidente e Vice-Presidente deste Conselho Pleno. **A Cons^a. Sylvia**
34 **Figueiredo Gouvêa** cumprimentou a todos e dando início ao processo de eleição deste
35 Colegiado, disse que a tarefa, neste momento é de eleger um Presidente e um Vice-
36 Presidente escolhidos dentre seus membros por maioria absoluta, em escrutínio secreto,
37 com mandato de um ano permitindo uma recondução imediata. Convocou a Cons^a. Maria
38 Lúcia Franco Montoro Jens e o Cons. Mário Vedovello Filho para atuarem como
39 escrutinadores e os convidou para tomarem assento à Mesa . Em seguida consultou os
40 senhores Conselheiros sobre propositura de candidaturas. **A Cons^a. Nina Beatriz Stocco**
41 **Ranieri** cumprimentou a todos os Conselheiros e disse que gostaria de indicar para a
42 Presidência do Conselho, o Cons. Francisco José Carbonari, que dispensa maiores
43 apresentações. **A Cons^a. Sylvia Figueiredo Gouvêa** questionou se havia mais alguma
44 indicação para presidente e como não houve, solicitou indicação para Vice-Presidente. **A**
45 **Cons^a. Teresa Roserley Neubauer da Silva** assim se manifestou: “Acho que posso dizer
46 que estou falando aqui em meu nome e em nome da Cons^a. Laura Laganá. Queria
47 começar primeiro cumprimentando os Conselheiros que foram indicados e lembrando o
48 seguinte: realmente a nossa indicação foi feita pelo Governador e acredito que o
49 Governador, com esse ato, escolhe pessoas que têm uma característica significativa e que

1 está escrito no estatuto do Conselho, que essas pessoas têm notório saber na área de
2 Educação. Essas pessoas de alguma forma precisam estar envolvidas com Educação.
3 Não precisa ser com educação escolar, mas elas estão envolvidas de alguma forma. Por
4 isso, este Conselho tem características muito interessantes - nós aqui somos em 24
5 conselheiros, em absoluta igualdade de condição. O importante para nós todos aqui é que
6 não somos representantes do setor público ou do setor privado, essa é uma falácia, nós
7 estamos aqui como representantes da educação de boa qualidade, é isso que nós todos,
8 os 24 vamos estar aqui defendendo. O Governador não pede também que a gente tenha
9 uma posição homogênea, nem o Estatuto do Conselho, ao contrário, quanto mais
10 heterogêneo nós formos, mais nós representamos os interesses da educação de boa
11 qualidade. Eu queria dizer para os senhores que tive muito orgulho e muita satisfação
12 quando fui indicada, pela Professora Guiomar Namó de Mello, para escrever o artigo
13 sobre Formação de Professores, aqui no Conselho Estadual de Educação e foi possível
14 levantar historicamente conselheiros e grupos de conselheiros muito atuantes e
15 combativos, inclusive com resoluções e deliberações como a nossa, Professora Guiomar,
16 que foram muito corajosas, deliberações que defenderam a formação de professor de
17 qualidade em momentos onde o governo federal se submetia aos ditames da ditadura.
18 Então o Conselho Estadual de Educação de São Paulo tem uma história e os seus
19 conselheiros tem uma história muito importante, que é uma história de educação de
20 qualidade. Neste momento, eu e a professora Laura Laganá estamos indicando o nome da
21 Professora Bernardete Angelina Gatti, que é uma pessoa muito combativa, eu acho que a
22 Bernardete pode ser até, talvez, mais combativa do que eu, que tem uma história já neste
23 Conselho, uma história na Educação, e ela tem sido minha companheira, companheira de
24 todos nós na Câmara de Educação Superior e, com o apoio deste Conselho, vamos juntos
25 criar para São Paulo, e São Paulo mostrará para o Brasil que o Conselho Estadual de
26 Educação tem um projeto diferenciado de formação de professores, um projeto de
27 qualidade de formação de professores e que seria bom, de repente, o Ministério da
28 Educação perceber que eles não estão no umbigo do mundo e que tem propostas muito
29 diferenciadas. Dessa forma também nós temos na Presidência do Conselho o professor
30 Chico Carbonari, que certamente será nosso Presidente, que tem vindo de uma atuação
31 muito grande na Câmara do Ensino Básico e a Professora Bernardete, que tem nos
32 honrado muito na Câmara de Educação Superior, mostrando o caráter democrático e
33 colaborativo deste Conselho. Obrigada!”. **A Consª. Sylvia Figueiredo Gouvêa** solicitou
34 ao senhor Arthur José Pavan Torres, Executivo Público deste Conselho, que distribuisse
35 a cédula de votação aos Conselheiros titulares. Logo em seguida, as células foram
36 recolhidas. Num primeiro momento a Senhora Presidente solicitou que se verificasse, se
37 existia na urna **24** votos. Feita a contagem e apurados os votos, foram registrados **23**
38 votos para o Conselheiro **Francisco José Carbonari**, para Presidente do CEE. O
39 Conselheiro **Jair Ribeiro Neto** teve um voto. A Conselheira Bernardete Angelina Gatti foi
40 eleita com **24** votos para Vice-Presidente. **A Consª. Sylvia Figueiredo Gouvêa** solicitou
41 que o Presidente e a Vice-Presidente eleitos assumissem seus lugares à Mesa e em
42 seguida passou a palavra à Vice-Presidente, Consª. Bernardete Angelina Gatti, para seu
43 pronunciamento. **A Consª. Bernardete Angelina Gatti** assim se manifestou: “Bom dia a
44 todos! Em primeiro lugar quero agradecer a confiança dos companheiros aqui do
45 Colegiado deste Conselho Estadual de Educação, na votação do Professor Francisco
46 Carbonari e em mim, pela confiança que vocês depositam e que nós esperamos poder
47 não decepcioná-los. Meus agradecimentos. Nós esperamos a colaboração de todos. O
48 trabalho do Conselho é um trabalho tranquilo, não é um trabalho que nos atormenta,
49 graças a Deus. Nossos debates têm sido muito profícuos, até chegar a algum consenso.

1 Nós temos alguns parâmetros que temos que seguir e isso, para os novos Conselheiros,
2 pode significar algum tempo de estudo, porque nós não podemos trabalhar, aqui no
3 Conselho, ignorando a legislação tanto nacional como a legislação estadual que pautam
4 as nossas decisões. Então, nossas discussões têm que ser pautadas dentro das
5 regulações que têm sido aprovadas, discutidas e homologadas e que nos orientam. Claro
6 que tudo pode ser reformulado e à medida que o tempo passa e que as necessidades se
7 apresentam, nosso papel se torna aí muito importante. Temos também uma discussão
8 muito grande em casos que nós temos que decidir jurisprudência, e as questões podem se
9 tornar bastante complicadas, mas é aqui nesse debate - e temos tido debates bastante
10 vibrantes, que podemos então chegar a consensos interessantes. Dou as boas vindas aos
11 novos Conselheiros, que estão estreando neste Conselho, e as boas vindas àqueles que
12 foram reconduzidos e que deverão continuar o seu trabalho cooperativo, como esperamos
13 que seja o trabalho neste Colegiado. Mais uma vez, muito obrigada pela confiança, tanto
14 em meu nome como em nome do Professor Francisco Carbonari”. Em seguida, o Cons.
15 **Francisco José Carbonari**, Presidente eleito, assim se pronunciou: “Bom dia! Queria
16 primeiramente agradecer a confiança que vocês estão depositando em mim e na
17 Professora Bernardete para fazer a gestão do Conselho no próximo ano, e espero estar à
18 altura da função, e dar conta. Os dias que antecederam esta eleição, e a probabilidade
19 que eu me tornasse Presidente deste Conselho foram intensos, tanto de expectativas
20 felizes, quanto da ansiedade provocada pela responsabilidade evidente do cargo, como
21 pela administração de alguns conflitos surgidos no processo eleitoral. Hoje aqui, diante
22 dos senhores, fitando-os desde sempre, como bons companheiros, preservo esses dois
23 sentimentos, embora o primeiro momentaneamente prevaleça. Os motivos que explicam
24 esses dois sentimentos são de certo modo simples, o primeiro está ligado ao terreno das
25 crenças políticas, tenho certeza de que se este Conselho se constitui efetivamente em
26 uma instância democrática de reflexão e ação sobre a Educação do Estado de São Paulo.
27 E mais que isso, resguardando uma tradição que tem sua origem nos primórdios do
28 regime republicano brasileiro, uma instituição que ao normatizar o ensino do Estado,
29 oferece parâmetros para todo o Brasil. Mesmo a história deste prédio, a sede própria da
30 primeira escola normal, fundada em 1894, reforça essa atuação no sentido de construção
31 da cidadania. Se é certo que aquilo que os primeiros republicanos defendiam por
32 cidadania, não é o que exatamente hoje defendemos, é igualmente certo que tal como nós
33 existiam valores que pautavam sua atuação em termos de Educação, valores
34 qualitativamente diferentes quando comparados a aqueles que durante a monarquia
35 ordenaram a estrutura de ensino no país. Por essa condição histórica é necessário que
36 todos nós reflitamos no exercício dos nossos mandatos sobre as funções e atribuições
37 deste Conselho e sobre o que fazer para que ele cada vez mais possa desempenhar
38 aquele que é seu papel primeiro, um lugar de intermediação entre o Estado e a sociedade,
39 tanto mais útil, quanto mais possa garantir a essa última participação efetiva e por que não
40 regulamentadora da administração pública. Em outras palavras, que entendo que cabe a
41 este Conselho numa sociedade democrática atender aos anseios sociais, reconhecer as
42 suas heterogeneidades, avaliá-las e fazê-los ser ouvidos e principalmente discriminar
43 sobre aqueles que são anseios de uma minoria e aqueles que são necessidades
44 realmente coletivas. Se nós na condição de Conselheiros representamos o governo,
45 porque somos nomeados pelo Governador no sentido administrativo, somos também
46 sociedade civil no sentido de uma composição e daqueles que estão aqui representados.
47 E penso que nessa condição ambígua reside uma de nossas melhores qualidades, a
48 saber, a de sermos um lugar de divergências, de conflitos, condição nem sempre vista
49 como salutar ao longo da história brasileira, tão marcada por longos períodos de absoluta

1 centralização política e silenciamentos populares, mas fundamental nos momentos de luta
2 pela redemocratização do país. Evidentemente que não sem sobressaltos essa tem sido
3 nossa história, embora este Conselho Estadual de Educação, tal como hoje conhecemos
4 tenha sido criado em 1963 pela Lei 7940, em conformidade com a Lei Federal de 1991,
5 4024, 1661, carregamos uma tradição que nos é anterior, desde o início do período
6 republicano, a criação de instâncias estaduais e deliberação sobre o ensino,
7 particularmente no Estado de São Paulo, se consolidou para o caminho, para o combate e
8 a centralização política administrativa. Somos, portanto, herdeiros de um princípio
9 federativo, de autonomia dos Estados, no que se diz respeito à Educação,
10 consubstanciou-se na criação do Conselho superior de instrução pública em 1893, órgão
11 que já naquele período tinha funções muito mais amplas do que o de simples fiscalização.
12 Considero que o passado e o presente estão igualmente aqui, seja porque os senhores
13 conselheiros vislumbram ecos dessa tradição de busca de qualidade, autonomia e
14 participação, seja porque hoje mais de um século à frente mantemos funções de
15 naturezas distintas, porém intrinsecamente relacionadas. Temos uma função técnica, no
16 sentido de constituir um campo específico no saber, que é o pedagógico. Temos uma
17 função normativa no estabelecimento de normas que garantam essa qualidade e a
18 autonomia. E ainda temos uma função decisória, diretamente ligada às outras duas. Em
19 termos mais simplificados, trata-se de uma enorme responsabilidade social, pois
20 acreditando mesmo que a educação é dentre todos o maior dos patrimônios, temos a
21 obrigação de pensar formas que garantam a todos o acesso ao conhecimento, e se o
22 esforço por essa garantia é o nosso papel mais nobre, somos obrigados a reconhecer neste
23 Conselho não apenas o órgão técnico, mas pelo contrário, estamos aqui para fazer
24 política, uma política pública de educação para o Estado de São Paulo que cada vez mais
25 promova a igualdade em relação ao direito social ao conhecimento. Uma política de
26 caráter democrático, participativo, dada a heterogeneidade nos segmentos aqui
27 representados. Como fazê-lo? Para quem? E com que objetivos em tempos de mudanças
28 tão velozes e com tantas possibilidades é o nosso maior desafio. É também o nosso
29 desafio, enquanto crentes que somos da ideia de representatividade e participação dar
30 maior visibilidade pública às ações desse Conselho, e que como consequência direta
31 implicará em maior intervenção, seja pela oposição, seja pela concordância, intensificar o
32 diálogo com a sociedade civil, significa reconhecer que as melhores propostas são
33 aquelas que nascem da divergência e da dúvida sempre salutares. A certeza e o
34 consenso permanentes são ameaças sérias a uma gestão democrática e tendem a
35 transformar a nossa vontade narcisista em leis para todos. A educação, penso, deve ser
36 uma construção coletiva, uma troca de saberes, valores e afetos. Mas ela é também uma
37 relação de conflito de poder, pois os saberes oficialmente reconhecidos se legitimam em
38 práticas normativas para toda a sociedade: o poder. Eu espero que os nossos saberes
39 saibam conviver com os outros saberes e que o diálogo, mais que o discurso seja a tônica
40 do nosso trabalho nessa gestão. Por fim, existem questões de natureza filosófica que eu
41 gostaria de abordar, e sem as quais eu entendo que a nossa atitude iria além dos nossos
42 pareceres e deliberações. Na face mais visível das ações deste Conselho, estão
43 professores, alunos e todo o pessoal administrativo das escolas públicas e privadas do
44 nosso sistema, e são eles que devem dar sentido ao nosso trabalho. Os princípios de
45 autonomia, representatividade, descentralização, igualdade social e democratização que
46 antes anunciei aqui, só farão sentido se conseguirmos efetivamente que eles sejam uma
47 prática cotidiana no interior das nossas escolas. Impossível não citar aqui as palavras do
48 professor José Mário Pires Azanha: 'Todo esforço educativo repousa em uma esperança:
49 a da possibilidade de modificação humana, sem essa esperança o ensino se transforma

num ritual destituído de significado'. É preciso organizar-se a partir dela e formular claramente o sentido e o valor das modificações que se pretendem e unir-se num esforço comum e continuar com a sua perseguição. Os trabalhos deste Conselho, portanto, precisam compartilhar dessa esperança que no fundo é a esperança no futuro, mas precisam e podem, desde sempre, no tempo presente, colaborar de forma determinante com esse futuro, recuperando suas boas tradições, colocando saberes destes que os constituem a serviço de uma educação melhor, reafirmando antigos ideais ligados à igualdade social, a qualidade do ensino, a democratização do saber, em outras palavras, a modificação da sociedade no sentido de uma composição mais justa e fraterna, mas também sabendo compreender a emergência do novo e a necessidade de reformulação constante de nossos compromissos, que é também a necessidade da reformulação individual, sem a qual corre-se o risco da incoerência, e quem sabe do alinhamento. Em outras palavras, o nosso maior desafio hoje é de evitar o anacronismo, seja aquele que se ancora no passado como fonte exclusiva de todos os parâmetros, seja aquele que pretende ver no futuro e definir todos os contornos. Façamos em relação ao primeiro um esforço de análise e com relação ao segundo um exercício de humildade. Embora possamos sonhar com o futuro, somos obrigados a reconhecer nossa condição provisória e a deixar que ele faça também suas próprias escolhas. Isso quer dizer que não podemos nos esquivar de ações que são reclamadas e necessárias hoje. Nossa tarefa é urgente, todos nós aqui conhecemos o estatuto jurídico deste Conselho, aquelas que são definidas legalmente as suas atribuições, qualificar a educação pública paulista e de todos os níveis, estabelecendo seus princípios e parâmetros em sintonia com os desafios contemporâneos que a Educação nos coloca. É por isso que eu espero poder cumprir rigorosamente a lei e as normas que regem este Conselho. Para encerrar, quero dizer que espero corresponder às expectativas dos senhores que me elegeram e a Professora Bernardete, que nos sentimos imensamente honrados por esta escolha. Um dos meus poetas preferidos, o Fernando Pessoa diz: 'O que vemos não é o que vemos, se não o que somos'. Se ele está correto, eu acredito que esteja, o que vejo agora é aquela esperança há pouco citada e levantada pelo Professor José Mário, que é a de que o meu trabalho na Presidência junto com a Professora Bernardete, junto com todos os Conselheiros que o compõe, em parceria muito profícua, contribua, ainda que de forma incipiente para transformação humana de poucos homens, ou de apenas de nós mesmos, se essa for a medida de nossas possibilidades e de muitos homens, se for o tamanho do nosso desejo". Em seguida, o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação, Francisco José Carbonari, usando de suas atribuições, comunicou a composição das Câmaras e Comissões Permanentes. Para a **Câmara de Educação Básica**: Conselheiros Antônio Carlos das Neves, Antônio Jacinto Garcia, Francisco Poli, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de Mello, Jair Ribeiro Neto, Laura Laganá, Maria Lúcia Franco Montoro Jens, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Susana Guimarães Trípoli e Sylvia Figueiredo Gouvêa. Para a **Câmara de Educação Superior**, os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Hubert Alquéres, João Cardoso Palma Filho, Luís Carlos de Menezes, Márcio Cardim, Marcos Antonio Monteiro, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria Helena Guimarães de Castro, Mário Vedovello Filho, Nina Beatriz Stocco Ranieri e Rose Neubauer. Para a **Comissão de Planejamento os Conselheiros**: Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres e Susana Guimarães Trípoli. Para a **Comissão de Legislação e Normas**: Antônio Carlos das Neves, Márcio Cardim e Nina Beatriz Stocco Ranieri. Em seguida o Senhor Presidente solicitou que os membros das Câmaras e Comissões se reunissem e elegendessem os Presidentes e Vice-Presidentes e que aos novos Conselheiros fossem passadas todas as informações necessárias, para

1 que os mesmos pudessem tomar conhecimento do mecanismo do funcionamento das
2 mesmas. Antes de dar por encerrada a Sessão, a Presidência comunicou que este
3 Conselho Pleno se reunirá na próxima quarta-feira às 14horas, neste Plenário, e as
4 Câmaras de Educação Básica, Superior e Comissões deverão definir conjuntamente os
5 seus horários de funcionamento no período da manhã. Informou ainda que ele e a
6 Professora Bernardete Gatti constituirão um grupo de gestão no Conselho que definirá as
7 pautas e as ações do Conselho, formado pelo Presidente, pela Vice-Presidente do CEE e
8 pelo Presidente das duas Câmaras e das duas Comissões. Finalizando, agradeceu a
9 colaboração de todos e solicitou que as Câmaras e Comissões se reunissem e
10 encaminhassem, em seguida, o nome de seus presidentes e vice-presidentes. Nada mais
11 havendo a tratar, às doze horas e vinte minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a
12 Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e
13 achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 03 de setembro de
14 2014.....